

IPEÚNA: UM LUGAR DE MUITOS NOMES

HELIA MARIA DE FÁTIMA GIMENEZ MACHADO*

RESUMO: Este artigo apresenta a trajetória de pesquisa de uma professora de história para levantar os dados que possibilitaram a elaboração das páginas com uma história para a pequena cidade de Ipeúna. As fontes consultadas foram: história oral, documentos escritos e fotografias.

Palavras-chave: Memória. Atlas escolares. História oral. Patrimônio religioso.

IPEÚNA: A PLACE OF MANY NAMES

ABSTRACT: This paper presents the research trajectory of a female history teacher in her collecting data to elaborate the pages presenting the history of a small town called Ipeúna. The consulted sources comprise oral history, written documents and photographs.

Key words: Memory. School atlases. Oral history. Religious heritage.

* Mestranda em Geografia e professora da rede estadual de ensino. *E-mail:* rhpfmachado@linkway.com.br

Ao mesmo tempo em que, em grupo, produzíamos as páginas de história referentes aos séculos XVI, XVII e XVIII, dos atlas municipais, minha tarefa individual era a produção das páginas de história específicas para o Atlas de Ipeúna. Logo percebi que a história deste município não havia sido escrita, uma vez que, apesar de muitas buscas, não foram encontradas publicações sobre o assunto. Nesta localidade bastante peculiar, tal fato se apresentava como uma dificuldade a ser vencida.

Ipeúna é hoje um pequeno município com 3.500 habitantes, emancipado de Rio Claro em 1964. Por manter-se como um espaço restrito em uma região constituída por cidades maiores, conserva características marcantes, como: serviço de alto-falante para informar os moradores, o hábito de “prosear” na praça e nas calçadas. As pessoas todas se cumprimentam ao se encontrarem, os homens que usam chapéu os levantam ao cumprimentarem uma mulher. São mantidos hábitos os quais não são comuns na contemporaneidade. A cidade transmite uma placidez ímpar, resistindo à maioria das práticas comuns da sociedade atual.

Como não foi encontrado registro sobre a história da cidade, procuramos meios para recuperar informações que permitissem (re)construir a história de Ipeúna. Buscávamos meios para encontrar fragmentos do tempo já vivido, pertencendo a um passado, sem pretensões de se encontrar uma “verdade pura, absoluta”.

Para recriar as condições em que essa pequena cidade foi formada nos valemos da metodologia da história oral e da pesquisa em documentos oficiais. Nossa expectativa era dar um novo olhar na trama social já vivida.

Por meio do Livro de Provisões, encontrado no arquivo da Cúria Metropolitana, em São Paulo, havia o registro de um Pedido para a Realização de Missa e da Bênção para o Cemitério, datados de 12/10/1884. Estes dados apontavam para um povoado buscando alguma estruturação, uma vez que Estado e Igreja estavam entrelaçados.

Em pesquisa no arquivo do Fórum de Rio Claro encontramos um Processo de Divisão Judicial de Terras, contendo um mapa da área em litígio, no qual o povoado aparece representado. Esse processo, de três volumes, manuscrito, como era a prática do século XIX, foi “o fio da meada” para o levantamento de documentos oficiais.

A história oral desvendou-nos a história do início do povoado encontrada apenas na memória. Para esta reconstrução, as lembran-

ças do Sr. Pedro Gomes Ferreira, 75 anos de idade, foram muito importantes. Esse senhor, natural de Ipeúna, exerceu a profissão de garçom fora da cidade, porém nunca perdeu o vínculo com o local de sua origem.

O Sr. Pedro guardava em sua memória fatos que foram a ele narrados por seu avô “Ferreirão”, que havia chegado àquele local por volta de 1876. A família Ferreira, vinda de Portugal, chegou a Rio Claro para trabalhar na recém-inaugurada linha férrea que ligava Campinas a Rio Claro. Como nessa família muitos membros eram alfabetizados, não se submeteram ao duro trabalho braçal como assalariados na Companhia de Estrada de Ferro. Vislumbraram a possibilidade de fornecer madeira para os trilhos e lenha para as caldeiras que moviam as locomotivas. Para isso procuraram ao redor de Rio Claro um local de mata onde pudessem realizar a extração da madeira. A serra de Itaqueri oferecia condições para proceder à retirada de madeira de uma mata densa que recobria o “alto da serra”.

Ao “pé da serra” encontraram e juntaram-se a um grupo social composto por “gente da terra”, “caboclos”, vivendo primitivamente, conforme palavras do Sr. Pedro.

As narrativas, com riqueza de detalhes, traziam as experiências que seu avô europeu lhe contara sobre o contato com pessoas que viviam realidades tão diferentes. O Sr. Pedro, com sua curiosidade de menino, registrou com nitidez os fatos e as emoções transmitidos por seu avô. Eram as lembranças de um menino encantado diante do relato da aventura de seu avô, evidenciando que a memória é a capacidade do ser humano de reter fatos do passado, experiências, tradições e emoções. “Existe uma memória individual que é aquela guardada por um indivíduo e se refere às suas experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, onde esse indivíduo foi socializado” (Von Simsom, 1998, p. 63).

O narrador falava daquele local, cruzando experiências pessoais vividas naquele meio social, lançando mão de palavras e imagens retidas em sua memória, a partir da fala de seu avô. Esse relato remetia a acontecimentos vividos há mais de cem anos.

O embrião do povoado, de Ipeúna conforme o Sr. Pedro se referiu, era composto possivelmente por mamelucos que, por força da tradição histórica, não eram reconhecidos como mão-de-obra válida. Os fazendeiros usavam preferencialmente a mão-de-obra escrava africana e mais tarde os imigrantes, principalmente italianos.

Dessa maneira, esses “homens da terra” acabaram permanecendo “esquecidos” em terras que nessa ocasião foram compradas e vendidas sem qualquer referência a eles.

Viviam de agricultura de subsistência, plantavam apenas milho e mandioca, caçavam e pescavam. Não utilizavam arma de fogo para a caça, construíam armadilhas, ou atraíam os pássaros e matavam-nos com varas. Vestiam-se com tecidos de fibra natural manufaturados por eles mesmos. Junto desse aglomerado pernoitavam tropeiros, que traziam animais para serem comercializados nas fazendas. Os mascates também se abrigavam ali, para realizar seu comércio ambulante.

A metodologia da história oral propiciou-me entender, nesse momento, que história e memória se relacionam numa dinâmica em que o pesquisador se torna apenas um mediador que proporciona ao narrador lembrar, relembrar fatos por ele vividos, ou, como nesse caso, os que “estão em sua memória”.

Os documentos que consegui “garimpar” passaram a fornecer outras informações. Em escrituras de compra e venda, o povoado que ali se formava não era sequer citado, revelando que o documento oficial apresenta apenas um ângulo da realidade vivida, qual seja a da transação em pauta, sem fornecer narrativas relacionadas à história, o que cabe ao historiador inferir e pesquisar.

O documento escrito entrou para a história como “prova de verdade”, como “papel justificativo”, e amparado por uma carga de alta credibilidade, como se o documento tivesse vida própria, ou melhor, falasse por si. Atualmente, sob outras perspectivas historiográficas, é necessário ver esses documentos como algo que contém informações, precisando ser analisadas para trazer contribuição relevante a um trabalho de pesquisa histórica.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Neste entrelaçamento da história oral com a consulta a documentos escritos e reconhecidos oficialmente, o povoado começou a ser (re)construído e foi tomando forma. Precisávamos entender as estruturas legais e religiosas da época para interpretar os fatos. Aquele aglomerado de mamelucos lentamente se transforma num povoado. E, como tal, precisa de estruturas legais fornecidas pelo Estado e pela Igreja.

O povoado que tivesse uma Capela Curada poderia pedir aos Poderes Públicos sua elevação a Freguesia.¹ Ipeúna vivenciou esse processo. A comunidade, dispondo de poucos recursos, construiu uma capela de taipa para atender às necessidades religiosas. A garantia da continuidade da prestação dos serviços religiosos dependia de provisões, ou seja, recursos destinados a sua manutenção e ampliação. Essas provisões iniciais eram geralmente feitas por proprietários de terras, que as doavam para a Igreja, para serem divididas em lotes menores e distribuídas entre os fiéis. No aspecto simbólico, o proprietário doador da porção maior de terras fazia-o em nome de um santo de sua devoção, garantindo-lhe prestígio.

A propriedade da terra continuava sendo da Igreja, porém esta concedia o direito às pessoas de construírem sua casa nesses terrenos aforados;² portanto a construção passava a pertencer ao proprietário desde que pagasse uma Taxa de Aforamento para a Igreja.

As pessoas que recebiam esses lotes aforados eram “não possuidoras de chão” (Marx, 1991, p. 38). Este é um dos poucos autores que toca nesta delicada questão; ele está se referindo à cidade de São Paulo, porém o processo foi semelhante em outras localidades, inclusive em Ipeúna. Os que recebiam terra construíam sua casa e usavam o restante do terreno para sua sobrevivência: plantavam, criavam animais pequenos, para o “gasto”.

Em Ipeúna foram feitas duas doações ao patrimônio da Igreja. Vicente Jose Barbosa doou seis alqueires de terra à Nossa Senhora da Conceição e Francisco Barbosa de Moraes fez a doação de três alqueires de terra para Santa Cruz da Boa Vista. Os doadores realizaram a doação formal e legítima perante o tabelião do Primeiro Cartório de São João de Rio Claro em 14/7/1896, porém é provável que a doação de fato já tivesse sido realizada há algum tempo. Esse registro só foi a formalização de atitudes já em curso.

O Padroado, sistema que unia o Estado e a Igreja, terminou com a República em 1889. Como, em 1896, ainda ocorreu a legalização de doações de terras ao patrimônio? Buscando respostas a esta e outras questões que ligavam o Estado e a Igreja, procuramos exaustivamente obras que tratassem do assunto. Porém pouca coisa foi encontrada.

O interesse em abordar essa questão tão complicada nas páginas do atlas está ligado à presença de esse fato social ser forte ainda hoje na comunidade, pois os alunos, ao estudarem o assun-

to, diziam “minha casa está ainda no patrimônio”, referindo-se aos terrenos que pertenceram ao patrimônio religioso.

No tocante à estruturação do povoado pelo Poder Público, houve em 1892 a criação de um Distrito Policial pelo secretário de Justiça, como aponta um documento encontrado no Arquivo do Estado em São Paulo.

Na seqüência de atitudes tomadas pelo Poder Público encontramos a criação de dois Distritos de Paz, um no ano de 1894 e outro em 1897, criando, segundo a lei, dois distritos de nomes diferentes para o mesmo local. O primeiro com o nome de Santa Cruz da Boa Vista e o outro com o de Santa Cruz do Passa Cinco.

Esse desmando só foi oficialmente reconhecido em 1905, quando foram nomeados dois professores para o mesmo cargo, constatando que na realidade não havia duas localidades, dois distritos, como estava na documentação administrativa do Estado. “O Snr. Secretario da Justiça, transmitiu á Câmara dos Deputados, cópia do officio em que o Presidente da Câmara de Rio Claro representa sobre o facto de existir no seu Municipio um Disctrito com três nomes, o que ocasionou grande confuzão para o serviço publico”.³

Este terceiro nome, Santa Cruz da Invernada, também era usado, principalmente em documentos encontrados na Prefeitura de Rio Claro. A solução encontrada para pôr fim a essa confusa situação foi a mudança do nome para Ipojuca; ficando anuladas as leis anteriores.

Essa denominação permaneceu até 1944, quando, por determinação federal, dois lugares no mesmo estado não deveriam ter o mesmo nome e já havia outra localidade com esse nome. Devendo prevalecer o mais antigo, então, pelo Decreto-Lei Estadual nº 14.334, de 30 de agosto de 1944, o nome foi alterado de Ipojuca para Ipeúna.

O ato legal da criação da escola em Ipeúna ainda não foi encontrado. O único documento referente à escola no século XIX é um pedido de uma professora para ser transferida de Jaboticabal para Santa Cruz da Boa Vista no Termo⁴ de Rio Claro. Se existia a vaga, a escola deve ter sido criada anteriormente. Ainda espero encontrar pistas dessa documentação.

Ipeúna do final do século XIX revela-se como um local com maioria dos habitantes analfabetos. Os trabalhadores braçais aprendiam suas tarefas no próprio local de trabalho. A escola representava baixa prioridade naquele local e naquela época.

Por meio das narrativas orais dos moradores de Ipeúna fica claro que não havia prédio para a “escola”. Esta funcionava em residências particulares. A partir de 1905 passamos a encontrar registros escritos⁵ sobre a existência e o funcionamento de escolas.

Na passagem do século XIX para o XX, Ipeúna teve um impulso de crescimento causado por uma atividade econômica de extração e comercialização da cal. As “caieiras”, nas quais foram empregados muitos trabalhadores, levaram a um crescimento do núcleo urbano; prova disso é o aumento de pedidos para abertura de estabelecimentos comerciais junto à Prefeitura de Rio Claro.

O carro de boi era o meio de transporte mais comum na época. A fotografia de 1925, incluída no atlas, de um desses carros de boi sobre uma ponte em Ipeúna é um documento fotográfico de um meio de transporte hoje inexistente no município: nostalgia e mudança.

Cabe aqui uma discussão das razões pelas quais esse distrito não se desenvolveu como os outros ao seu redor. Uma importante razão atribuída foi o fato de a estrada de ferro não chegar até Ipeúna. Parou próximo e, para a época, este fator foi relevante.

Simultaneamente à montagem do atlas, a vida cotidiana do povoado ia sendo reconstruída na memória dos narradores e parceiros deste trabalho, que tomaram seriamente a tarefa de rememorar, relembrar. “Mas o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo e o fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens” (Bosi, 1995, p. 18).

Os momentos lembrados com muita saudade eram das festas, principalmente as religiosas, como quermesses com leilões para arrecadar fundos para a construção da igreja.

Um fato peculiar no lazer desse período eram “os bailes assustados”. Esse evento foi assim denominado porque o dono da casa recebia com surpresa a notícia de que ali se realizaria um baile dentro de poucas horas.

Outro episódio interessante para o olhar da pesquisa foi a constatação de que a água encanada e o saneamento básico só chegarem ao distrito em 1962, o que obrigava os moradores à prática de “lavar roupa no rio”. Falava-se em trazer água encanada só em época de eleições, quando os candidatos de Rio Claro se dirigiam a Ipeúna em busca de votos. Passadas as eleições, a promessa retornava ao esquecimento. As donas de casa lavavam roupas no rio ou

com água de poço. A sociedade brasileira modernizava-se, mas em Ipeúna a água era obtida de uma maneira primitiva.

As narrativas orais foram recheadas de episódios, contados principalmente por mulheres moradoras de Ipeúna, que era um centro urbano, e mesmo assim elas precisavam dirigir-se ao rio para lavar roupas (práticas comuns na zona rural). No córrego das lavadeiras, local mais utilizado para esse fim, foram colocadas tábuas que facilitavam a tarefa. A comunidade administrava e contornava essa dificuldade compartilhada por todos.

Por achar essa condição muito peculiar, queria colocar no atlas uma imagem revelando a falta de conforto que os moradores vivenciavam. Procurei por uma foto que retratasse tal cena, que me era descrita com naturalidade. Não encontrei nenhuma. Como representaria com outra linguagem além da escrita um fato tão marcante?

Encontrei um cartão postal do final do século XIX, com uma cena que retratava mulheres lavando roupa em frente de uma igreja em São Paulo. Com o auxílio do colega que trabalhava com digitalização de imagens, ficou fácil: tiramos a imagem da igreja e colocamos em seu lugar a Serra de Itaqueri, que pode ser vista de todos os pontos da cidade. A fotomontagem ficou perfeita. Construimos uma representação dessa cena tão especial e ao mesmo tempo anacrônica, pois foi preciso recorrer à imagem retratada no século XIX para mostrar uma cena que em Ipeúna perdurou até 1962.

A intenção não era a de, com a fotomontagem, reconstituir cenas do passado, mas manter apenas no plano da imagem um fragmento que foi tão marcante na vida daquela comunidade. Cabendo a nós, professores, compreender a imagem fotográfica como uma informação do passado, portanto aceitando diversas interpretações.

A história de Ipeúna foi sendo reconstruída, transformada em material escolar, apontando que o professor pode construir seu saber, e que ensino e pesquisa não devem ser considerados partes dissociadas, pois pertencem ao mesmo saber; são os dois lados da mesma moeda.

Recebido em abril de 2003 e aprovado em maio de 2003.

Notas

1. Freguesia: os moradores faziam o pedido à Assembléia Provincial; o Bispo, aprovando o pedido, solicitava ao Estado, que criava a Freguesia (o mesmo que Paróquia.).

2. "Aforar" significava que a Igreja recebia em doação um lote de terreno para construção da igreja e o restante para dividi-lo em lotes menores, distribuindo entre os fiéis menos favorecidos que podiam construir casas e lá viverem, devendo pagar por isso o aforamento, uma pequena taxa que acabava revertendo em provisão para a Igreja.
3. Documento encontrado no Arquivo de Estado.
4. Termo, subdivisão de Comarca, com a presença de um Juiz de Direito.
5. Os registros referidos foram as atas da Câmara Municipal de Rio Claro, que passaram a deliberar sobre escola no Distrito de Ipeúna.

Referências bibliográficas

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.

MARX, M. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1989.

MARX, M. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: EDUSP; Nobel, 1991.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

VAINFAS, R. *O dicionário do Brasil Colonial (1500- 1808)*. São Paulo: Objetiva, 2000.

VON SIMSON, O.R.M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da UNICAMP. In: FARIA FILHO, L.M. (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Belo Horizonte: UFMG 1998.